

MÁXIMA PRAGMATISTA E RAZOABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE O PROBLEMA DIFÍCIL DA ÉTICA

Paulo Henrique Araujo Oliveira Pereira. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP/Marília. Email: phaop44@hotmail.com

Orientadora: Maria Eunice Quilici Gonzalez.

O problema difícil da ética, enunciado por Beavers (2011, p. 2), consiste na falta de consenso em delimitar o moralmente certo e o errado. Entre a maioria das teorias morais, existe certo consenso geral acerca de quais comportamentos são aceitáveis e quais não. No entanto, há pouco consenso acerca das razões para tanto, ou seja, a respeito daquilo que efetivamente torna um comportamento moral. A questão central do problema difícil da ética são as razões - critérios de relevância - que fundamentam e promovem uma atitude em detrimento de outra. Nesse contexto, há uma postura denominada niilismo ético, segundo a qual, conforme ressalta Beavers (2011, p. 9), a moralidade não requer aprovação interna. A aprovação interna está diretamente relacionada com quatro elementos centrais: consciência, obrigação, responsabilidade e normativismo. Então, se a moralidade não exige aprovação interna, o ético pode ser alcançado sem um tipo de estado psicológico que impede a satisfação de um desejo em virtude de condições morais. Nesse sentido, como a aprovação interna possui um papel secundário, entendemos que o critério subjacente à ação ética surge em consonância com as noções enunciadas por Charles Sanders Peirce (1931-1935) de razoabilidade e na máxima pragmaticista. O conceito de razoabilidade constitui o elemento que permite a pesquisa, avaliação, crítica e ajuste da ação dos organismos no ambiente. A razoabilidade, segundo Peirce, é constituída por três elementos centrais: o tiquismo (evolução por acaso); o sinequismo (evolução por necessidade) e o agapismo (evolução por amor criativo). A máxima pragmaticista, por sua vez, em conformidade aos três tipos de evolução, ressalta a necessidade de avaliação das consequências possíveis no futuro das ações realizadas no presente. Argumentamos que a máxima pragmaticista salienta a necessidade da avaliação das consequências que a ação realizada no presente terá no futuro e que essa reflexão, embora também tenha problemas, constitui uma possível resposta ao problema difícil da ética.